

# A ALIANÇA ENTRE CAMPO E CIDADE NA PRODUÇÃO DA SOBERANIA ALIMENTAR: O EXEMPLO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS DO QUILOMBO CAMPO GRANDE

*The alliance between countryside and city in the production of food sovereignty: the example of agroecological baskets from Quilombo Campo Grande*

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca**

Docente da graduação e mestrado em Geografia da UNIFAL-MG, Brasil  
[estevan.coca@unifal-mg.edu.br](mailto:estevan.coca@unifal-mg.edu.br)

**Adriano Pereira Santos**

Docente do Curso de Ciências Sociais da UNIFAL-MG, Brasil  
[adriano.santos@unifal-mg.edu.br](mailto:adriano.santos@unifal-mg.edu.br)

**José Roberto Salvaterra**

Graduado e Mestre em Geografia pela UNIFAL-MG, Brasil  
[jose.salvaterra@sou.unifal-mg.edu.br](mailto:jose.salvaterra@sou.unifal-mg.edu.br)

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023

## Resumo

Problemas ambientais e sociais indicam que a construção de uma sociedade sustentável exige mudanças estruturais e a articulação entre o campo e a cidade. Com o presente trabalho buscamos analisar a participação do campesinato e de grupos urbanos na promoção da soberania alimentar através da produção e consumo de alimentos agroecológicos. Abordamos o exemplo de um grupo de consumo de alimentos agroecológicos produzidos no Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio-MG. Adotando as premissas da indissociabilidade entre pesquisa e extensão, realizamos trabalhos de campo nas áreas de produção e de comercialização, além de termos acompanhado por um ano o recebimento de pedidos, sistematização e entrega dos alimentos agroecológicos. Concluímos que as cestas agroecológicas são parte do que a literatura tem denominado como “segunda geração” da soberania alimentar, pois promovem a aliança campo-cidade por meio de circuitos-curtos com vistas à alimentação saudável.

**Palavras-chave:** Segunda geração da soberania alimentar, Agroecologia, Campo, Cidade.

## Abstract

Environmental and social problems indicate that constructing a sustainable society requires structural changes and the structure of alliances between the city and the countryside. We discuss the participation of peasantry and urban groups in promoting food sovereignty through the production and consumption of agroecological foods. We show the example of a consumer group commercialising agroecological foods from the Quilombo Grande Camp in Campo do Meio, State of Minas Gerais. Adopting the premise of the inseparability of research and extension, we carried out fieldwork in production and commercialisation. We also monitored the receipt of orders, systematisation, and delivery of agroecological foods

for a year. We conclude that agroecological baskets are part of what the literature has called the “second generation” of food sovereignty, as it promotes the rural-city alliance through short circuits with a view to healthy eating.

**Keywords:** Second generation of food sovereignty, Agroecology, Countryside, City.

---

## 1. INTRODUÇÃO

Uma das características mais marcantes das duas primeiras décadas do século XXI é a maior concentração da população global em centros urbanos. Conforme o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais, da Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente, 55% da população global vive nas cidades, com uma projeção de que essa porcentagem aumente para 68% no ano de 2050 (UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS, 2019). Ao mesmo tempo, a estimativa de que em 2050 a população global será de 9 bilhões de pessoas (GODFRAY *et al.*, 2010) motiva diversos questionamentos sobre como se dará o acesso aos alimentos.

Alguns estudos indicam que o crescimento contínuo da população urbana demarca uma irreversível “dominação” do campo pela cidade (BRENNER, 2013; GHOSH; MEER, 2021; KEIL, 2018). Todavia, tem ficado cada vez mais claro que os problemas estruturais do capitalismo contemporâneo só podem ser superados por leituras que não simplifiquem o que são o campo e a cidade hoje, mas dialoguem com a complexidade desses dois espaços (DIXON; RICHARDS, 2016; GILLEN *et al.*, 2022). Como parte disso, por mais que as mudanças agrárias ocorridas nos últimos anos pontuem para novos significados do campesinato e da terra rural, a questão agrária ainda permanece no centro dos principais problemas urbanos (GURURANI, 2020).

Para contribuir com esse debate, no presente artigo elaboramos uma discussão sobre as alianças entre o campo e a cidade, visando construir a soberania alimentar. Buscamos contribuir com a literatura que entende que a soberania alimentar não é uma construção exclusiva do campo, de modo que, por mais que sua principal proposição tenha origem na coordenação global de movimentos camponeses *Via Campesina*, coletivos urbanos também a utilizam como *framework*.

Por ser espacialmente adaptável (SCHIAVONI, 2009), a soberania alimentar tem sido proposta e construída não apenas por movimentos socioterritoriais do campo, mas também por movimentos socioterritoriais ou socioespaciais urbanos<sup>1</sup>, a exemplo de grupos de

---

<sup>1</sup> Dialogando com Halvorsen, Fernandes e Torres (2019), propomos uma leitura espacial dos movimentos sociais. Assim, denominamos como movimentos socioespaciais aqueles que lutam por um espaço específico

consumo, mercados de produtos agroecológicos e áreas de produção de alimentos nas cidades (feiras, hortas e quintais urbanos, por exemplo) (ROMAN-ALCALÁ, 2013; WITTMAN *et al.*, 2010). Discutir essas diferentes formas de prática da soberania alimentar é de fundamental importância para entendermos as estratégias de superação do regime alimentar corporativo (McMICHAEL, 2009).

Tomamos o exemplo das cestas agroecológicas do Acampamento Quilombo Campo Grande, ação que tem sido construída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e por um grupo de consumidores urbanos no Sul de Minas Gerais, Brasil, processo acompanhado por atividades de pesquisa e extensão que envolvem os autores deste trabalho. Demonstramos como as cestas agroecológicas fazem parte do programa de Reforma Agrária Popular (RAP) do MST, emergindo como parte da compreensão de que a superação dos múltiplos problemas que envolvem os sistemas agroalimentares exige a construção de alianças entre os camponeses e a população urbana, ou, de modo mais genérico, entre o campo e a cidade.

Com isso, nós somamos às discussões sobre a emergência de uma “segunda geração” da soberania alimentar (COCA; BARBOSA JR, 2018; De SCHUTTER, 2015; McMICHAEL, 2015), caracterizada como o contexto em que além das lutas dos trabalhadores do campo, também ações de resistência e contestação desenvolvidas nas cidades são tomadas como referência para a construção de um novo paradigma alimentar.

## 2. METODOLOGIA

O trabalho foi produzido como parte de ações de pesquisa e extensão desenvolvidas pelos autores no Sul de Minas Gerais, através dos princípios da indissociabilidade. Por meio do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), desenvolvemos parcerias com o MST tendo a finalidade de conhecer as possibilidades de transição agroecológica no Sul de Minas Gerais. Fazem parte desse esforço o desenvolvimento de iniciativas de implementação de mercados agroecológicos baseados na solidariedade entre produtores e consumidores.

As Cestas Agroecológicas possuem como característica a comercialização de alimentos agroecológicos mediada por aplicativo de celular WhatsApp. Por ser uma

---

(direitos, alimentação, clima e outros) e como movimentos socioterritoriais aqueles que possuem a conquista e/ou manutenção do território como motivo de sua existência.

iniciativa coletiva que envolve ações de extensão/comunicação universitária e os movimentos sociais do campo, acompanhamos *in loco* seu desenvolvimento durante os anos de 2020 e 2021.

Tivemos acesso a todas as planilhas de organização dos produtos agroecológicos comercializados pelos camponeses durante o período citado, o que nos permitiu conhecer dados e informações como a quantidade e tipos de produtos, os valores comercializados e a frequência de produtores e consumidores. Essa informação é importante na medida em que podemos prospectar o alcance da iniciativa e a possibilidade que ela tem na busca pela geração renda no campo.

Acompanhamos a logística de vendas, envolvendo a divulgação nas redes sociais e a atualização semanal dos produtos disponíveis para comercialização. Além disso, também nos caracterizamos como consumidores, atrelando contato com outros clientes e com os próprios agricultores, assim como os organizadores das cestas. Ademais, utilizamos do Excel para construção e organização dos quadros, assim como de softwares de mapeamento e visualização cartográfica, como o Google Earth Pro e o ArcMap 10.6.

### **3. O CAMPO E A CIDADE NA “SEGUNDA GERAÇÃO” DA SOBERANIA ALIMENTAR**

Neste trabalho dialogamos com três campos da literatura sobre Estudos Agrários Críticos (AKRAM-LODHI *et al.*, 2021; EDELMAN; WOLFORD, 2017): a relação campo-cidade, a “segunda geração” da soberania alimentar e os mercados agroecológicos. Assim, buscamos destacar como a literatura tem entendido a construção de alternativas ao regime alimentar corporativo por meio da aliança entre o campo e a cidade.

Numa perspectiva histórica, a diferenciação entre o campo e a cidade tem sido feita por meio da divisão do trabalho (SPOSITO, 2006), contudo, pouco se avança na identificação das relações de disputa e complementaridade entre os dois espaços. Resultam disso a compreensão dicotômica sobre esses dois espaços e, muitas vezes, uma leitura idílica do campo.

O trabalho seminal de Sorokin *et al.* (1930), por exemplo, pontua as seguintes diferenças tidas como fundamentais entre o rural e o urbano: (1) diferenças ocupacionais ou principais atividades em que se concentra a população economicamente ativa; (2) diferenças ambientais, estando a área rural mais dependente da natureza; (3) diferenças no tamanho das populações; (4) diferenças na densidade populacional; (5) diferenças na homogeneidade e na heterogeneidade das populações; (6) diferenças na estratificação e

complexidade social; (7) diferenças na mobilidade social e (8) diferenças na direção da migração.

Conforme Bagli (2006), essa abordagem teve como pano de fundo a intensificação da urbanização, criando uma errônea associação lúdica ao campo (natureza, beleza, etc.), ou então, sua visão como atrasado e arcaico. Enfim, muito aquém de elucidar como o campo e a cidade se relacionam aos processos de acumulação do capital, essa abordagem solidificou um entendimento simplificador sobre esses dois espaços.

A abordagem dicotômica sobre o campo foi hegemônica até a década de 1980, sendo ainda utilizada em políticas públicas e projetos de desenvolvimento. Nelas, o rural é entendido exclusivamente como um espaço agrícola, responsável pelo suprimento alimentar da população.

Tentativas de superação da dualidade rural x urbano deram origem a interpretações com as quais não concordamos, pois enfatizam a “dominação” do campo pela cidade. Exemplificam isso os conceitos/noções de “*continuum*” (REDFIELD, 1947), “sociedade urbana” (LEFEBVRE, 2003), “extensão do tecido urbano” (SOBARZO, 2009) e “urbanização planetária” (BRENNER, 2018).

O que propomos é uma leitura que considere o campo e a cidade como parte do desenvolvimento desigual (combinado) e contraditório do modo capitalista de produção. Isso envolve tanto a dominação de parte do espaço rural pela ampliação das relações capitalistas, como também a resistência que se estabelece, dentre outros, nos processos de recampesinização (VAN DER PLOEG, 2012), ruralização (GILLEN *et al.*, 2022) e na luta pela terra (FERNANDES, 2000).

Em suma, propomos uma abordagem que vai além da dicotomia entre campo e cidade ou da urbanização como totalidade. Em diálogo como Gillen *et al.* (2022) visamos construir uma interpretação que parta da relação entre campo e cidade como componente das transformações socioespaciais.

Para isso, o alimento é o ponto de partida escolhido. Com o projeto de modernização implementado pela Revolução Industrial de meados do século XIX, o campo foi visto como provedor de alimentos para as cidades. A urbanização e a industrialização eram tidas como parte do pretense progresso gerado pelas relações capitalistas de produção. Todavia, hoje é inegável que o capitalismo tem sido o responsável por um verdadeiro desastre na garantia do direito humano ao alimento, prova disso é o paradoxo entre o crescimento do número de famélicos e obesos em escala global (FAO, 2022).

Com a intenção de superar essa e outras tragédias geradas pelo capitalismo nos sistemas alimentares, a soberania alimentar passou a ser proposta pela *Via Campesina* como o direito de cada **nação** controlar seu próprio processo de alimentação (VIA CAMPESINA, 1996). Após mais de 25 anos da sua proposição pela *Via Campesina*, a soberania alimentar hoje é vista numa perspectiva mais ampla, de modo que cada **comunidade** deve ser responsável por gerir suas políticas alimentares de modo autônomo (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007).

Se num primeiro momento a soberania alimentar era vista como um resultado direto das lutas dos movimentos socioterritoriais do campo, na atualidade ela também tem servido como *framework* para ações desenvolvidas no espaço urbano (ROMAN-ALCALÁ, 2013; SCHIAVONI, 2009). Tal fato tem sido nomeado por autores como De Schutter (2015), McMichael (2015) e Coca e Barbosa Jr. (2018) como a “segunda geração” da soberania alimentar. Com isso, a soberania alimentar se caracteriza na atualidade como uma profunda convergência entre ideais e ações de ativistas/militantes do campo e da cidade, com a finalidade de desafiar e subverter o sistema agroalimentar industrial (DE SCHUTTER, 2015).

Uma das formas pelas quais a “segunda geração” da soberania alimentar tem sido efetivada é a criação de mercados agroecológicos. Baseados em princípios da economia moral (THOMPSON, 1988) e na compreensão da agroecologia como prática, movimento, ciência e política (ROSSET; ALTIERI, 2017; WEZEL *et al.*, 2009), esses mercados se caracterizam como construções sociais que envolvem a busca pela manutenção do modo de vida, produção do campesinato e a busca pela alimentação saudável por uma parcela da população urbana. Neste sentido, “a agroecologia e a construção social de mercados a ela associada se apresentam como uma das formas de reconstrução desses sistemas agroalimentares (PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, 2013).

Assim, os mercados agroecológicos surgem de uma convergência entre os interesses do campesinato que pratica a agroecologia e de parte da população urbana que anseia por alimentos saudáveis. Eles são exemplos de como a “segunda geração” da soberania alimentar indica para uma articulação entre o campo e a cidade, com o objetivo de superar os limites estruturais que impedem a realização do direito ao alimento.

#### 4. BREVE HISTÓRICO DO ACAMPAMENTO QUILOMBO CAMPO GRANDE

Já se tornou lugar comum, no âmbito das Ciências Sociais e dos estudos da Geografia Agrária brasileira, afirmar e compreender que o desenvolvimento do capitalismo tardio no Brasil não se dá de forma dissociada das contradições inerentes à questão agrária, da economia agrária e seu contexto de subordinação dependente aos países de capitalismo central desde o início do século XX. É no interior dessa dinâmica contraditória que emerge a história do Acampamento Quilombo Campo Grande como parte de um dos maiores e mais complexos conflitos agrários do país, envolvendo a ocupação das terras da antiga usina Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG, pelo MST, desde o início da década de 1990.

Localizada naquele município, a fazenda que deu origem a usina de açúcar e álcool Ariadnópolis provavelmente foi fundada com estrutura de engenho de cana-de-açúcar e produção de café, no final do século XIX. A história dessas terras e, portanto, da usina, atravessou o século XX, vivendo seu apogeu no período da ditadura civil-militar, principalmente durante a vigência do PROÁLCOOL (Programa Nacional do Álcool), de 1975 a 1985, tendo mais de 8 mil hectares de cana-de-açúcar plantadas em suas terras, empregando mais de 2 mil trabalhadores nas lavouras e na produção industrial.

No entanto, com a crise do PROÁLCOOL e sua desregulamentação na segunda metade dos anos 1980, a empresa apresentou sinais de crise e esgotamento econômico, decorrentes tanto do fim das políticas de fomento ao setor sucroalcooleiro, oriundas daquele programa, como de problemas de administração e gestão dos negócios. No início dos anos 1990, a usina realizou suas últimas safras, desestruturada e com um número bastante reduzido de funcionários. A empresa abriu falência em 1994, razão pela qual passou a ser motivo de um grande conflito social, trabalhista e agrário, envolvendo os trabalhadores na luta por seus direitos trabalhistas.

Com a falência, a empresa descumpriu contratos e violou direitos dos trabalhadores, gerando uma situação social de desemprego e desalento social. Desempregados, sem receber salários há mais de quatro meses, os trabalhadores decidiram se organizar por meio de greves, para reivindicar seus direitos e salários não pagos pela massa falida da empresa. Na época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) da região apoiou a luta dos trabalhadores da usina e propôs que a massa falida repassasse a terra como forma de pagamento dos direitos devidos aos trabalhadores em formas de dívidas fiscais e trabalhistas. Assim, como forma de pressionar o usineiro a quitar suas dívidas, os trabalhadores organizados pelo sindicato decidiram ocupar as terras da Fazenda Jatobá,

área adjacente à usina. A justificativa daquela ocupação tinha a ver com o fato de que se tratava de uma fazenda falida, abandonada há mais de quatro anos e que não cumpria a função social da terra (LUCAS; VALE, 2014). No entanto, aqueles trabalhadores rurais filiados ao Sindicato não tinham conhecimento, nem tampouco experiências de mobilização e luta pela terra.

A situação da maioria desses trabalhadores(as), assalariados(as) rurais oriundos(as) da região nordeste e do Vale do Jequitinhonha, tanto dos que atuavam na colheita da cana, como na colheita do café, era de um trabalho migrante, temporário (volante), (sazonal), informal, sem nenhuma proteção social, o que os levava tanto nos canaviais quanto nos cafezais a situações de grande vulnerabilidade social e econômica, e algumas vezes de exploração de trabalho análogo ao escravo, algo registrado pelo STR à época.

Diante da desolação social provocada pelo desemprego naquele momento e a falta de perspectiva quanto ao recebimento dos salários e direitos, os trabalhadores – muitos deles camponeses e migrantes – decidiram engrossar as fileiras de luta pela terra na região em meio às contradições encerradas pela modernização (conservadora) agrícola. Assim, nasce o MST no Sul de Minas Gerais na luta contra o latifúndio, a violação de direitos e a exploração do trabalho, mobilizando os(as) trabalhadores(as) em defesa da Reforma Agrária enquanto estratégia de luta contra o capital agroindustrial da região.

O movimento emerge com uma luta concreta cujos resultados são imediatos. Ao mobilizar cerca de 50 famílias que ocuparam a fazenda Jatobá em 18 de novembro de 1996, o movimento conquista o primeiro assentamento de Reforma Agrária na região, sendo ela desapropriada em 06 de maio de 1997 pelo Governo Federal mediante o pagamento de indenização ao antigo proprietário, transformando-se no primeiro assentamento do Sul de Minas Gerais. Daí seu nome, Primeiro do Sul (LUCAS; VALE, 2014).

A partir da conquista da Fazenda Jatobá, um novo capítulo na história da luta pela terra em Campo do Meio-MG começa a ser escrito pelo MST em Minas Gerais, pois novas ocupações ocorreram nas terras da antiga usina Ariadnópolis, desde 1998, dando origem a um conjunto de acampamentos denominado pelo MST como Acampamento Quilombo Campo Grande<sup>2</sup>. São cerca de 450 famílias que vivem e trabalham na área reivindicada,

---

<sup>2</sup> Constituem o Acampamento Quilombo Campo Grande as comunidades de Tiradentes, Coloninha, Resistência, Fome Zero, Girassol, Potreiro, Sidney Dias, Rosa Luxemburgo, Irmã Dorothy, Betinho, Chico Mendes, Vitória da Conquista. A denominação Quilombo Campo Grande tem a ver com a homenagem à história do Quilombo Campo Grande que existiu na região Sul-Sudoeste de Minas Gerais, entre os séculos XVII e XVIII, segundo os estudos de Martins (2008).

de origem do próprio município de Campo do Meio, mas também oriundas de outros municípios da região e até mesmo de outras unidades federativas, como São Paulo, Paraná e Bahia. Mesmo sofrendo diversas tentativas e ameaças de despejo nos anos de 1998, 2005, 2007 e 2020, sendo esta última a mais brutal, em plena pandemia de Covid-19, as famílias de agricultores familiares e camponeses que integram o MST no Sul de Minas Gerais continuam resistindo ativamente, trabalhando a terra, gerando renda e promovendo o desenvolvimento rural regional.

Como forma de afirmação da conquista da terra, estruturação e consolidação dos assentamentos do MST na região, foi criada em 2012 a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (Camponesa) que não só articula as famílias assentadas e cooperadas, mas também promove a inclusão social, buscando melhoria das condições de vida dos camponeses sul-mineiros, ao mesmo tempo em que estreita os laços de solidariedade e anuncia a agroecologia como alternativa ao agronegócio. Organizada por diversos grupos e setores de produção, incluindo, notadamente, as mulheres do “Coletivo Raízes da Terra”, responsável pela produção de remédios fitoterápicos e plantas medicinais, a Cooperativa Camponesa destaca-se pela diversidade produtiva e sustentável, de derivados de cana, grãos, frutas, doces, hortaliças, leite e, especialmente, o café *Guai*, marca do café agroecológico e orgânico produzido nas áreas dos assentamentos do MST em Campo do Meio-MG (Assentamento Primeiro do Sul e Nova Conquista) e Guapé-MG (Assentamento Santo Dias).

Se, por um lado, a criação da cooperativa representou a construção de alternativas produtivas, ampliando as relações de economia solidária, autogestão, geração de renda e autonomia, por outro, com a ampliação da produção, alguns desafios emergiram. Nesse sentido, convém destacar a necessidade de ampliação dos territórios livres de agrotóxicos, com ações que visam a transição agroecológica e os processos de certificação participativa, mas também a busca por uma maior integração à rede CONCENTRA (Cooperativa Central dos Assentados/as de MG), que articula os agricultores familiares camponeses, acampados e assentados de todo o estado de Minas Gerais. Ademais, vale ressaltar ainda que um dos gargalos a serem enfrentados pelos produtores tem a ver com as possibilidades de comercialização e mecanismos de escoamento da produção, seja através da participação em feiras livres, armazéns do campo ou participação direta em programas governamentais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), seja através do estreitamento entre

---

produtores e consumidores, via grupos de consumo ou comunidades que sustentam a agricultura.

## **5. A EXPERIÊNCIA DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS DO QUILOMBO CAMPO GRANDE**

As Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande emergem como um resultado do desenvolvimento de uma série de outras ações de extensão realizadas pelo NETASA, que já vinham sendo construídas em Alfenas-MG, por meio de parcerias, envolvendo o MST, a UNIFAL-MG e a Secretaria de Agricultura do município de Alfenas-MG. Exemplos concretos dessas parcerias foram a Feira Agroecológica e Cultural de Alfenas (FACA), desenvolvida no ano de 2018, no centro da cidade de Alfenas, e a Feira Agroecológica e Cultural (FACU), desenvolvida em 2019, no *campus* sede da UNIFAL-MG, em Alfenas-MG.

A FACU, sobretudo, representou o ponto fundamental que permitiu a emergência do grupo de consumo, tornando viável a constituição das Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande. Após seleção dos produtores, por meio de edital de chamada pública, a feira teve início no segundo semestre de 2019 e contou com a participação de organizações, associações e coletivos de agroecologia, que se inseriram no espaço público da Universidade, denunciando os riscos do uso de agrotóxicos na agricultura, mas também anunciando e defendendo alternativas produtivas e agroecológicas ao modelo da Revolução Verde, vigente na região, sobretudo com a monocultura do café. Dentre as organizações presentes, o MST, através do Quilombo Campo Grande, teve destaque, sendo representado no total por 8 produtores agroecológicos e certificados, dos quais 5 eram representantes da Cooperativa CAMPONESA do movimento, comercializando verduras, legumes, frutas, grãos, artesanatos e laticínios.

A experiência da FACU não teve condições de prosseguir e ampliar em decorrência da emergência sanitária e da crise gerada pela pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020. Ela representou, naquele momento, um avanço promissor, mas, ainda, um modelo restrito aos muros da Universidade, portanto, um circuito bastante limitado. Contudo, mesmo sendo um mercado limitado, os camponeses do Quilombo Campo Grande demonstraram interesse em seguir participando da FACU e até mesmo expandir a iniciativa, visto que se trata de um espaço estratégico para a defesa da RAP na região.

Nesse sentido, convém ressaltar as diretrizes que o MST tem assumido para promover a alimentação saudável, principalmente no que se refere ao Plano Nacional de Reforma Agrária Popular, no qual se destacam 7 pontos estruturantes dessa iniciativa estratégica do

movimento: I - terra; II - Natureza; III - Sementes; IV - Produção; V - Energia; VI - Educação e cultura e VII - Direitos sociais (MST 2021).

A RAP se diferencia das reformas agrária clássicas, pois considera não somente a distribuição de terras, mas também fatores que articulam a sociedade como um todo, corroborando, sobretudo, com diretrizes e aspectos sociais que vão além do campo. Nesse sentido, o conceito de RAP

Perpassa também pela construção de novas relações humanas, sociais e de gênero, enfrentando o machismo e a lgbtfobia, por exemplo. Perpassa por garantir o acesso à educação em todos os níveis no meio rural, ao mesmo tempo que tem como propósito construir formas autônomas de cooperação entre os trabalhadores que vivem no campo e na relação política com as massas urbanas (MST, 2021, não paginado).

Como parte da RAP, as cestas têm assumido protagonismo em distintas localidades, através de vendas diretas e indiretas, ressaltando, sobretudo, o caráter político que os alimentos têm assumido na sociedade (MST, 2020). A seguir, no Quadro 01, apresentamos algumas estratégias dos circuitos de comercialização que vêm sendo desenvolvidas pelos camponeses do Quilombo Campo Grande através da Cooperativa CAMPONESA.

Como exemplo dos elementos apresentados Quadro 01, encontramos a atuação da cooperativa em distintos circuitos – com destaque para as feiras do produtor, assim como para as cestas em domicílio, que segundo o MST (2020), têm assumido papel significativo na comercialização, principalmente no que se refere ao contexto da pandemia da COVID-19. É através dessa perspectiva elencada pelo MST, que podemos vislumbrar nas Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande uma possibilidade de construção/reafirmção da aliança campo-cidade no sentido de contribuir para a superação da relação dicotômica entre esses espaços, visando, especialmente, as possibilidades de encontro entre produtores e consumidores.

Considerando a logística das Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande, podemos compreendê-la como um princípio que engloba o próprio campo e a cidade, através das redes que se entrelaçam nas dinâmicas das relações sociais entre produtores e consumidores. Dessa forma, desde o processo inicial da produção, o MST em Campo do Meio-MG tem constituído vínculos em uma rede composta por diversos atores sociais e agroecológicos, dentre os quais se destaca a relação com a Orgânicos Sul de Minas (OSM), Central das Associações dos Produtores Orgânicos do Sul de Minas, responsável pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG). Esse é um exemplo da inserção do movimento

numa rede dotada de fluxos, reputação e níveis de confiança na produção agroecológica sul-mineira (TORQUATI *et al.*, 2021).

**Quadro 01:** Circuitos de Comercialização da CAMPONSESA.

VENDA	TIPO	DETALHE
VD	Venda na propriedade	Vendas no local
VD	Cestas em domicílio	Cestas Agroecológicas
VD	Feiras do produtor	FACA; FACU; Feira em Campo do Meio
VD/VI	Feiras, salões, eventos	JURAS; Festivais da Reforma Agrária
VI	Lojas especializadas	Armazéns do Campo
VI/VD	Restaurantes coletivos e convencionais	Restaurantes locais
VI	Lojas de cooperativas e associações	CONCENTRA
VI	Lojas virtuais	Armazém do campo em dinâmica online

**Fonte:** MST, 2020. Organização: Salvaterra (2021). Siglas: VD - Venda Direta, VI - Venda Individual.

Portanto, no que tange à produção agroecológica, encontramos um processo que não se dá de forma isolada ou localizada na região. Ao contrário, trata-se de um processo produtivo que se articula em rede, com a participação efetiva e organizada de técnicos, extensionistas e produtores que, juntos, realizam o processo de certificação participativa dos produtores associados a Orgânico Sul de Minas. Isto representa a consolidação dos princípios de política, prática, ciência e movimento da Agroecologia, o que permite o diálogo, trocas e compartilhamento de conhecimentos entre os camponeses durante o processo de acompanhamento e certificação da produção.

É no bojo dessa processualidade que se destaca a produção agroecológica do Quilombo Campo Grande (COCA *et al.*, 2019). Apesar de se desenvolver numa situação de instabilidade quanto à posse da terra, as cestas agroecológicas têm sido produzidas, envolvendo aproximadamente 30 produtores diretos do Quilombo Campo Grande, que, semanalmente, assumem a responsabilidade por notificar sobre a disponibilidade dos produtos a serem comercializados junto ao grupo de consumo. Essa ação ocorre impreterivelmente aos finais de semana, buscando, sobretudo, a partir das segundas-feiras

atualizar o formulário online de pedidos e sua abertura aos clientes organizados num grupo da rede social, o WhatsApp.

Com os itens disponíveis para escoamento, os consumidores podem realizar seus pedidos, o que se dá por meio de consulta ao formulário disponibilizado, assim como pelos contatos via mídias e redes sociais – especialmente o WhatsApp, nas quais se pode conhecer melhor a realidade dos produtores, assim como imprevistos ou demais avisos que podem ser divulgados previamente sobre as cestas a serem entregues durante a semana.

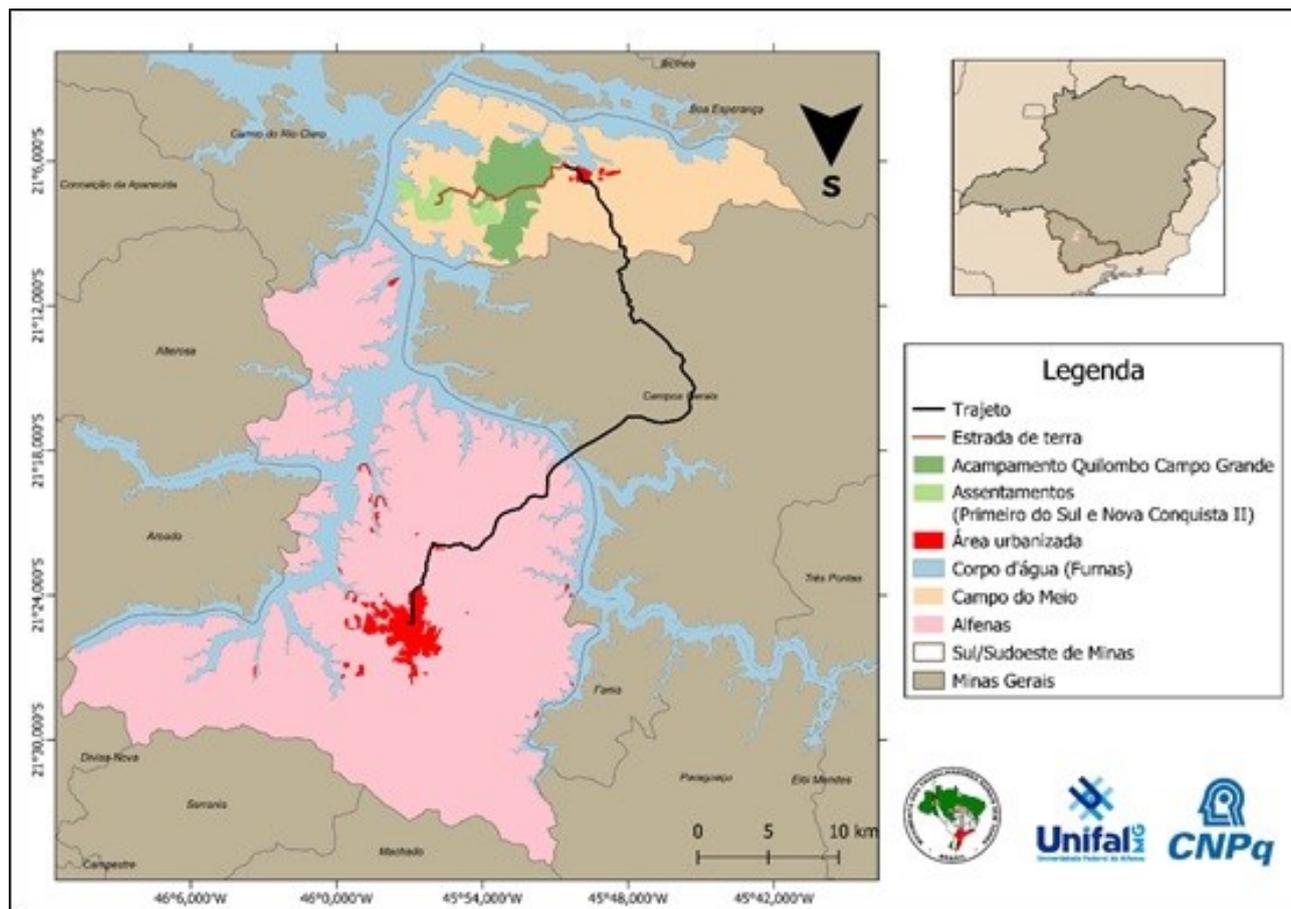
Com a disponibilidade por três dias, o formulário para pedidos é formatado em planilhas e encaminhado para os camponeses entregarem seus produtos. Assim, com todos os pedidos disponibilizados, é feita a montagem das cestas individuais. Os pedidos são entregues às sextas-feiras no município de Alfenas-MG, havendo também a possibilidade de entrega de acordo com a demanda em outros municípios da região, como Fama-MG, Serrania-MG, Paraguaçu-MG e Areado-MG. As entregas em Alfenas ocorrem também em parceria com o NETASA, que articula a disponibilização do espaço da UNIFAL-MG como ponto de referência para as entregas que não ocorrem em domicílios.

Diante desse contexto, cabe ressaltar que, no caso específico dos circuitos de comercialização de unidades camponesas, e das Cestas Agroecológicas, são formadas cadeias (e relações) que se diferenciam pela sua própria finalidade, a exemplo da solidariedade enquanto princípio e valor (FEATHERSTONE, 2011).

Contudo, existe um desafio de fazer com que na construção de circuitos curtos como este, pautas isoladas do processo de alimentação não se sobressaiam à necessária leitura de totalidade (WATTS; ILBERY; MAYE, 2017; WINTER, 2003). Isolar partes de processos complexos, apresentando-as como totalidades, é próprio neoliberalismo que busca cooptar pautas com soluções individualistas, no fim abrindo brecha para a própria circulação do capital (HARVEY, 2005).

A Figura 01 representa a distância estabelecida entre o Acampamento Quilombo Campo Grande em Campo do Meio-MG e a UNIFAL-MG, ponto fixo de entregas em Alfenas-MG.

Dentre o trajeto estabelecido do acampamento até a UNIFAL-MG, encontramos não apenas uma rede física geográfica ligando um ponto a outro, mas, partindo dessa distância física, percebemos algumas dificuldades atreladas à comercialização, dentre as quais podemos destacar, por exemplo, as estradas de terra, que em tempos de chuva dificultam a circulação dos automóveis e, portanto, comprometem não só a montagem e organização, mas também a entrega das cestas nos municípios da região.



**Figura 01** - Trajeto das Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande

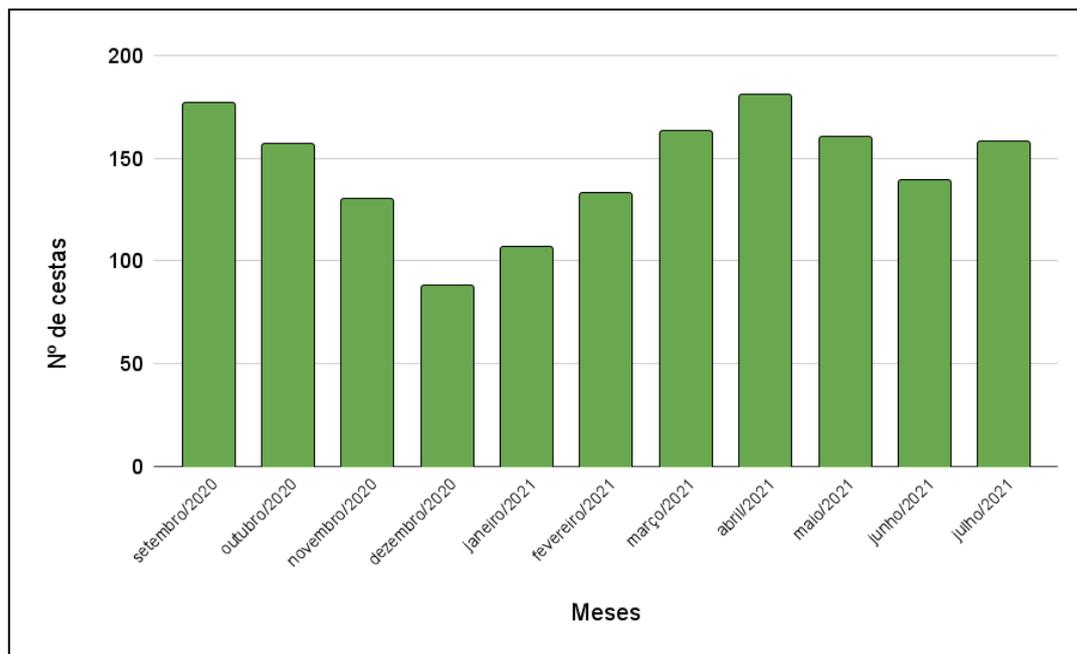
**Fonte:** IBGE (2017) Projeção: UTM Datum: SIRGAS 2000.

**Data:** 02/02/2022. **Autor:** Salvaterra (2022); NETASA, 2022.

Embora a distância seja uma dificuldade a ser contornada, a relação direta entre produtores e consumidores permite a vantagem de se remover intermediários do processo, além, é claro, das possibilidades de geração de renda aos camponeses a partir da comercialização de seus produtos agroecológicos. No caso da comercialização em Alfenas-MG, são aproximadamente 65 km de distância, sendo 8 km de estrada de terra, e 55 km entre o município de Campo do Meio e a UNIFAL-MG, local de referência para a entrega das cestas em Alfenas.

A partir do levantamento de dados em torno do acompanhamento semanal com os formulários e pedidos, identificamos o número de cestas comercializadas entre os períodos de setembro de 2020 a julho de 2021, conforme se verifica no Gráfico 01.

Em suma, não é possível dizer que haja um padrão em números de cestas por mês, pois há uma variação nos números de pedidos. No entanto, vale destacar que no período houve uma média de pouco mais de 100 cestas comercializadas por mês, variando um pouco menos no mês de dezembro, período normal de menor adesão em razão das férias e festas de final de ano.



**Gráfico 01:** Número de cestas comercializadas entre setembro de 2020 e julho de 2021.

**Fonte:** NETASA, 2022. **Organização:** Salvaterra, 2022.

Nesse sentido, percebe-se uma relativa flutuação de consumidores no grupo, já que boa parte de seus participantes são professores, estudantes ou funcionários da UNIFAL-MG, muitos dos quais viajam ou retornam para suas cidades de origem nos períodos de férias. Portanto, em que pese essa oscilação, é preciso considerar outras dificuldades que emergem tanto com os meses nos quais não houve pedidos suficientes que justificassem as entregas das cestas, quanto com as metas de pelo menos 200 cestas mensais, o que permitiria a manutenção das entregas como algo viável economicamente. Este é um desafio que está colocado para os parceiros dessa empreitada coletiva, isto é, desenvolver e ampliar o grupo através de novos mecanismos de comunicação, de modo a tornar sustentável as entregas das Cestas do Quilombo Campo Grande em Alfenas-MG.

Essas cestas compreendem uma diversidade de produtos que acabam por mobilizar os diversos setores produtivos do acampamento. Dentre esses setores e produtos – todos com sua relevância produtiva, – destacam-se as plantas medicinais, ervas aromáticas e os remédios fitoterápicos produzidos pelo Coletivo de Mulheres “Raízes da Terra” do Quilombo Campo Grande. Esse coletivo foi criado em 2011, objetivando a formação, saúde e geração de renda para as acampadas e assentadas. Parte de sua produção é resultado de conhecimentos ancestrais e saberes populares, mas também adquiridos e produzidos por meio de parcerias com as IES (Instituições de Ensino Superior), a exemplo dos cursos oferecidos pela UNIFAL-MG e pelo Instituto Federal do Sul de Minas (IF SUL DE MINAS), baseados na pedagogia da alternância.

No leque de produtos comercializados, merecem destaque também os produtos beneficiados, inclusos grãos, derivados do leite e os de origem animal, além, é claro, do carro chefe, que é o café *Guaiú*, orgânico e sustentável. Grande parte desses produtos são beneficiados pela Cooperativa Camponesa, assim como outros produtos artesanais que integram e são comercializados junto às cestas agroecológicas do Quilombo Campo Grande.

Além da diversidade desses produtos elaborados no território do Quilombo Campo Grande, as cestas também contam com outros produtos do MST, oriundos de outras regiões do país e que são produzidos e beneficiados pelas diversas cooperativas do movimento. Além do café, são comercializadas as cachaças artesanais produzidas nas áreas de assentamento no norte de Minas Gerais, bem como o arroz orgânico, um dos principais produtos da região Sul do Brasil. Assim, apesar de enfatizarmos a aliança entre campo e cidade com base na experiência desenvolvida no Sul de Minas Gerais, vale destacar que o MST de Campo do Meio tem se articulado a outras ações e estratégias desenvolvidas nas diversas partes do Brasil, onde o movimento se encontra organizado e fortalecido em torno do mesmo objetivo: promover a reforma agrária e popular.

A importância dessas redes/alianças é percebida quando nos atentamos ao fato de que a problemática inserida na alimentação hegemônica tem origem no processo de subordinação do campo pela cidade. Nesse caso, podemos refletir na própria relação com os clientes, em que muitos se apresentam como consumidores políticos ou buscando pelo alimento como parte de uma ótica mais ampla de transformação social e econômica.

Sobre isso, destacamos que reaproximar produtor e consumidor é necessário, no entanto, isso não deve se limitar apenas à perspectiva reducionista da distância (WATTS *et al.*, 2005,) mas buscar nos circuitos uma gama de fatores em que o alimento e o alimentar-se se inserem como ato político, assim como suas distintas problemáticas.

Dentre os consumidores, encontramos uma parte que se insere por distintas questões individuais (por exemplo: defesa do meio ambiente, saúde, desenvolvimento local, dentre outros). Assim, há de se ressaltar que parte dos consumidores não compreendem todo o processo que o alimento leva até ser consumido. Ademais, encontramos também clientes com princípios políticos, caracterizados como apoiadores do movimento e que corroboram para além e conjuntamente ao consumo.

Isso nos indica, portanto, que a constituição de alianças entre o campo e a cidade por meio de cestas agroecológicas é um processo que ocorre em ritmos diferenciados entre os diversos atores que participam dessas iniciativas. Esses processos envolvem a

conscientização por meio de múltiplos espaços, reforçando a necessidade do consumo político e da solidariedade entre produtores e consumidores.

## **6. AS CESTAS AGROECOLÓGICAS COMO O ENCONTRO ENTRE A REFORMA AGRÁRIA POPULAR E A “SEGUNDA GERAÇÃO” DA SOBERANIA ALIMENTAR**

É sabido que a atuação do MST em Alfenas tem se dado desde antes das cestas agroecológicas. Sobre isso, vale destacar que sua contribuição para a construção da “segunda geração” da soberania alimentar via RAP vai além dessa experiência, envolvendo também ações na defesa de pautas que não estão diretamente relacionadas ao processo de alimentação. Com isso, destacamos que a “segunda geração” da soberania alimentar reforça a participação do alimento em processos mais amplos de produção das desigualdades estruturais.

Como exemplo, podemos citar os atos políticos ocorridos em Alfenas-MG no ano de 2021, quando, desde a escala nacional, o MST foi um dos atores que reivindicaram “Vida, Pão, Saúde e Educação”. Essa campanha teve como um dos seus principais alvos os escândalos envolvendo o Governo Federal no contexto da pandemia da Covid-19<sup>3</sup>. Nesses atos, encontramos diversos produtores, assim como consumidores das Cestas Agroecológicas, o que nos leva ao entendimento de que existe uma rede não somente de comercialização, mas também de valores e indignações que se entrelaçam. Assim, as experiências de comercialização corroboram aos processos democráticos e de cidadania (WILKINS, 2005).

Além do mais, isso também expressa que as demandas da classe camponesa articulam a soberania alimentar com temas mais abrangentes, sobretudo contra o populismo de extrema direita e o ultraliberalismo (BORRAS JR, 2020), ambos proeminentes no contexto atual, ou seja, a “segunda geração” da soberania alimentar vai além das dinâmicas pontuais que envolvem o processo de alimentação em si, adentrando nos fatores estruturais que causam a fome.

No caso do MST, a luta pela soberania alimentar se caracteriza como uma bandeira integral, abrangendo vários atores e estando aberta a proposições de lutas políticas mais

---

<sup>3</sup> Especialmente nos primeiros meses da pandemia da Covid-19, o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, adotou uma postura polêmica em relação aos cuidados a serem tomados pela população. Destaca-se a caracterização da Covid-19 como uma simples gripe (gripezinha) e a priorização da economia em detrimento das medidas sanitárias recomendadas internacionalmente. Isso foi um dos principais motivos para que no momento da escrita deste artigo o Brasil estivesse com 664 mil obtidos ocasionados pela Covid-19.

amplas. Tal contexto vem ao encontro da constatação de Calvário *et al.* (2020) de que a soberania alimentar pode gerar distintas transformações sociais.

A soberania alimentar em si não é apenas sobre o que se come, mas sobre a transformação de uma realidade em que o alimento está imerso, incluindo valores sociais, formas organizativas, esfera pública, políticas construtivas em nível micro, englobando a própria luta por soberania política para sua concretização (Ibid.).

A Figura 02 demonstra como o Quilombo Campo Grande tem adentrado sua atuação no município de Alfenas, onde, sobretudo, encontramos uma aliança entre os camponeses e os trabalhadores da cidade.



**Figura 02:** Ações do MST na cidade de Alfenas, Minas Gerais, Brasil.

**Fonte:** NETASA, 2022.

Conforme a Figura 02, a atuação do movimento vai ao encontro e caminha conjuntamente aos trabalhadores urbanos e suas diversas demandas. McMichael (2009) expõe que no contexto do regime alimentar corporativo lutas como a soberania alimentar podem expor saídas contrapostas ao mesmo. No caso dos circuitos locais focalizados apenas em valores reducionistas (WATTS; ILBERY; MAYE, 2017), encontramos, sobretudo, uma inserção nesse regime corporativo, haja vista que se favorece o mesmo

paradigma neoliberal, que para além do corporativismo, desempenha falsas soluções (HARVEY, 2005) e também propõe individualidades enquanto proposição sistêmica.

Contudo, no caso das Cestas Agroecológicas Quilombo Campo Grande, o reducionismo não perpassa, haja vista que a centralidade do alimento ocorre em via de toda inserção no qual o mesmo está. Em comunicação entre uma agricultora e organizadora das cestas, encontramos falas potentes que corroboram para essa união, englobando a proposição da RAP:

Eu queria reforçar o esforço muito grande das famílias... Então, queria fazer esse chamado da gente valorizar o esforço das famílias, não deixar faltar cestas essa semana, então, vamos fazer o consumo consciente, e essa parceria unindo as trabalhadoras e trabalhadores do campo e as trabalhadoras e trabalhadores da cidade, então dá tempo, o formulário vai estar aberto até quarta-feira, e aí é muito bonito ver essa mobilização das famílias falando que não vão deixar a 'peteca' cair não... 'A gente faz a entrega e a gente faz a montagem'. Então, também convide aquele amigo, aquela amiga, aquele familiar que não conhece a cesta, para conhecer a cesta, nossos produtos, e fortalecer a construção do projeto de Reforma Agrária Popular, e sexta-feira estaremos aí na UNIFAL entregando, grande abraço" (Agricultora e organizadora das cestas, fala ao grupo de consumo, 2022).

Citando a própria RAP enquanto projeto paradigmático, encontramos o desempenho entre os camponeses, e também de consumidores, como demonstra o entrevistado abaixo, citando o próprio contexto político enquanto motivador para se inserir enquanto consumidor, no qual também se atrela a outras questões:

Devido ao atual contexto político e socioeconômico, as atividades promovidas pelo MST permitem o acesso digno de alimento rico em energia vital e livre de doenças e substâncias tóxicas. A escolha de me alimentar com os insumos produzidos pelo MST para mim é um modo de cuidar da minha natureza e fortalecer a atividade dos camponeses. Encontro no MST a melhor forma para me alimentar de forma saudável e protegendo o meio ambiente." (Consumidor da Cesta Agroecológica, 2021).

Percebe-se, assim, como o consumidor atrela sua alimentação como contrária àquela estipulada pelo modelo da revolução verde, onde, sobretudo, alimentar-se está entrelaçado com o apoio aos camponeses, um alimento saudável e a preocupação com questões ambientais.

Tudo isso está inserido num contexto político que extrapola o primado individualista da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2017), adentrando em princípios de solidariedade e articulações escalares entre o campo e a cidade. Por isso, a "segunda geração" da soberania alimentar não é apenas um momento onde se fortalece a preocupação com o consumo de alimentos saudáveis na cidade. Além disso, também se

evoca a conscientização política sobre como o processo de alimentação está relacionado a fatores estruturais do modo de produção capitalista.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, trouxemos contribuições para se pensar a articulação entre campo e cidade como parte da soberania alimentar. Apesar de a soberania alimentar ter emergido na década de 1990 como uma referência direta às lutas camponesas, sua amplitude evidencia que sem a aliança entre o campo e a cidade ela não pode ser implementada. Neste sentido, nossa discussão aponta para uma “segunda geração” da soberania alimentar, que tem por característica a busca pelo controle comunitário do processo de alimentação pelo campo e pela cidade.

No trabalho foi demonstrado que a proposição da RAP pelo MST vem ao encontro da “segunda geração” da soberania alimentar. Isso ocorre na medida em que demonstra que os problemas estruturais que acometem o campo e a cidade são parte de um mesmo paradigma de modernização e individualização que tem sido implementado pelo capitalismo. A produção agroecológica e o consumo político são tomados como caminhos para a construção de laços comunitários de solidariedade.

A experiência das Cestas Agroecológicas do Quilombo Campo Grande constitui, portanto, um exemplo da relação entre a “segunda geração” da soberania alimentar e a RAP. Apesar de ainda representar uma pequena mudança no acesso a alimentos saudáveis por parte da população urbana, essa experiência traz à tona a importância de se pensar a produção e o consumo de alimentos agroecológicos como parte de uma totalidade e não como processos isolados.

## REFERÊNCIAS

AKRAM-LODHI, A. H. *et al.* **Handbook of Critical Agrarian Studies**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. 744p.

BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81–109.

BORRAS JR, S. M. Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. **Journal of Agrarian Change**, v. 20, n. 1, p. 3–36, 2020.

BRENNER, N. Theses on urbanisation. **Public culture**, v. 25, n. 1, p. 85–114, 2013.

BRENNER, N. Debating planetary urbanisation: For an engaged pluralism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 570–590, 2018.

CALVÁRIO, R.; DESMARAIS, A. A.; AZKARRAGA, J. Solidarities from below in the making of emancipatory rural politics: insights from food sovereignty struggles in the Basque Country. **Sociologia Ruralis**, v. 60, n. 4, p. 857–879, 2020.

COCA, E. *et al.* Agroecologia e territorialidades camponesas em Campo do Meio – MG. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 14, n. 34, p. 168–186, 2019.

COCA, E.; BARBOSA JR, R. Hortas escolares em Vancouver, Canadá como parte da “segunda geração” da soberania alimentar. **Ateliê Geográfico**, v. 12, n. 1, p. 219–236, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2017. 416p.

DE SCHUTTER, O. **Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives**. Open Democracy. 2015.

Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/food-democracy-south-and-north-from>. Acesso em: 26 ago. 2022

DIXON, J.; RICHARDS, C. On food security and alternative food networks: understanding and performing food security in the context of urban bias. **Agriculture and human values**, v. 33, n. 1, p. 191–202, 2016.

EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice: Symposium: Agrarianism in Theory and Practice. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 959–976, 2017.

FEATHERSTONE, D. **Resistance, space and political identities: The making of counter-global networks**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2011. 240p.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2000. 320p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable**. Rome: FAO, 2022. 260p.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. **Nyéleni Declaration**. 2007. 3p.

GHOSH, S.; MEER, A. Extended urbanisation and the agrarian question: Convergences, divergences and openings. **Urban Studies**, v. 58, n. 6, p. 1097-1119, 2021.

GILLEN, J.; BUNNELL, T.; RIGG, J. Geographies of ruralisation. **Dialogues in Human Geography**, v. 12, n. 2, p. 20438206221075816, 2022.

GODFRAY, H. C. J. *et al.* Food security: the challenge of feeding 9 billion people. **Science**, v. 327, n. 5967, p. 812–818, 2010.

GURURANI, S. Cities in a world of villages: Agrarian urbanism and the making of India’s urbanising frontiers. **Urban Geography**, v. 41, n. 7, p. 971–989, 2020.

HALVORSEN, S.; FERNANDES, B. M.; TORRES, F. V. Mobilizing territory: socioterritorial movements in comparative perspective. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 5, p. 1454–1470, 2019.

HARVEY, D. **Spaces of neoliberalization: towards a theory of uneven geographical development**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2005. 115p.

KEIL, R. Extended urbanisation, “disjunct fragments” and global suburbanisms. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 36, n. 3, p. 494–511, 2018.

LEFEBVRE, H. **The urban revolution**. Minneapolis: U of Minnesota Press, 2003. 224p.

LUCAS, K. S.; VALE, A. R. Assentamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.

MARTINS, T. **Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo**. Contagem: Ed. Santa Clara Editora, 2008. 1038p.

McMICHAEL, P. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139–169, 2009.

McMICHAEL, P. A comment on Henry Bernstein’s way with peasants, and food sovereignty. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n. 1, p. 193–204, 2015.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Saiba onde comprar alimentos da Reforma Agrária no Sudeste**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/09/03/saiba-onde-comprar-alimentos-da-reforma-agraria-no-sudeste/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **O que é o Programa de Reforma Agrária Popular do MST?** 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/07/16/o-que-e-o-programa-de-reforma-agraria-popular-do-mst>. Acesso em: 26 ago. 2022.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. In: NIÉRDELE, P.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 171–214.

REDFIELD, R. The folk society. **American Journal of sociology**, v. 52, n. 4, p. 293–308, 1947.

ROMAN-ALCALÁ, A. Occupy the farm: a study of civil society tactics to cultivate commons and construct food sovereignty in the United States. In: **Food Sovereignty: A Critical Dialogue**, 2013.

ROSSET, P. M.; ALTIERI, M. A. **Agroecology: science and politics**. Rugby: Practical Action Publishing, 2017. 160p.

SCHIAVONI, C. The global struggle for food sovereignty: from Nyéléni to New York. **Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 3, p. 682–689, 2009.

SOBARZO, O. Reflexões sobre a cidade e o urbano: O atual como produto do processo de construção da Geografia Urbana. **Revista Cidades**, v. 6, n. 10, p. 359–379, 2009.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. **A systematic source book in rural sociology**. Minneapolis: University of Minnesota Press Minneapolis, 1930.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111–130.

THOMPSON, E. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 528p.

TORQUATI, B. *et al.* Participatory Guarantee System and Social Capital for Sustainable Development in Brazil: The Case Study of OPAC Orgânicos Sul de Minas. **Sustainability**, v. 13, n. 20, p. 11555, 2021.

UNITED NATIONS - DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **World Urbanization Prospects**. The 2018 revision. New York, 2019.

VAN DER PLOEG, J. D. **The new peasantries**: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalisation. London: Routledge, 2012. 378p.

VIA CAMPESINA. The right to produce and access to land. **Via Canpesina**, p. 1-3, 1996.

WATTS, D. C.; ILBERY, B.; MAYE, D. Making reconnections in agro-food geography: alternative systems of food provision. **The Rural**, v. 29, n. 1, p. 165–184, 2017.

WEZEL, A. *et al.* Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503–515, 2009.

WILKINS, J. L. Eating right here: Moving from consumer to food citizen. **Agriculture and Human Values**, v. 22, n. 3, p. 269–273, 2005.

WINTER, M. Geographies of food: agro-food geographies making reconnections. **Progress in Human Geography**, v. 27, n. 4, p. 505–513, 2003.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A.; WIEBE, N. The origins and potential of food sovereignty. **Food sovereignty: Reconnecting food, nature and Community**, p. 1–14, 2010.

Recebido: 01.08.2023

Aceito: 04.09.2023